

Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX^{*1}

Lucia Maria Paschoal Guimarães^{**}

Resumo

Entre 1910 e 1920, a intelectualidade brasileira experimentou uma fase de efervescente reafirmação das virtudes cívicas. Dentre as lições do *catecismo patriótico* sobressaía-se o estudo da história pátria. O contexto nacionalista estimularia o IHGB a promover o *I Congresso de História Nacional*, em setembro de 1914. O artigo aborda esta iniciativa pioneira, que agregou letrados e políticos atuantes, com o objetivo de sistematizar o saber histórico disponível, conferindo-lhe unidade e coerência.

Palavras-chave: Congressos de História - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - cultura histórica.

* Artigo recebido em janeiro de 2005 e aprovado para publicação em março de 2005.

** Professora Titular do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: luciamp@uol.com.br

¹ Este artigo decorre dos resultados parciais da investigação "Dos congressos de história nacional do IHGB ao I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior: continuidades e rupturas na história da historiografia brasileira (1914-1961)", que vem sendo desenvolvida pela autora, com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, para o período 2002-2004.

Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170

Abstract

Between 1910 and 1920, the Brazilian *intelligentsia* went through a phase of effervescent reaffirmation of civic values. Among the lessons taught by this *patriotic catechism* was the value of the study of national history. This context of increased nationalism stimulated the IHGB to organize and promote the 1st Congress of National History in September, 1914. This article analyzes this pioneering event, which brought together men of letters and politicians of the day in order to systematize available historical knowledge, giving it unity and coherency.

Key words: History Congresses- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- historical culture.

Résumé

Entre les années 1910 et 1920, les intellectuels brésiliens ont connu une période de grande réaffirmation des vertus civiques. Parmi les leçons du *catéchisme patriotique*, on distingue l'étude de l'histoire de la patrie. Le contexte nationaliste encourage alors l'IHGB à organiser le 1^{er} Congrès d'Histoire Nationale, le mois de septembre 1914. L'article évoque cette initiative pionnière, qui a rassemblé d'importants lettrés et politiques actifs, pour systématiser le savoir historique disponible, en lui conférant de l'unité et de la cohérence.

Mots clés: Congrès d'Histoire- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- Culture Historique.

Nos países europeus, desde meados do século XIX, a vida universitária favorecia a realização de atividades científicas que incrementaram a circulação de idéias, a troca de experiências e a atualização do conhecimento, aproximando homens de ciência e intelectuais de diversas nacionalidades. A convocação periódica de congressos, simpósios e eventos afins propiciava a reflexão conjunta sobre bibliografias, fontes disponíveis, temas de estudo e métodos de trabalho. Integrada pelo somatório das contribuições apresentadas e publicada sob a forma de *Anais*, a memória destes encontros é obra de referência, cujo conteúdo representa um extenso inventário, uma espécie de (...) *pedra angular* de uma disciplina, em determinada época², material que

² Ver Anne Rasmussen, "Congrès Internationaux", Jacques Julliard & Michel Winock, *Dictionnaire des intellectuels français: les personnes, les lieux, les moments*, Paris, Éditions du Seuil, 1996, p. 306.

constitui importante ferramenta de trabalho para os estudiosos, uma vez que serve de ponto de partida para novas investigações.

No Brasil, em virtude da ausência de ambiente universitário, coube às associações científicas e aos redutos letrados promoverem tais reuniões. No âmbito dos estudos históricos, a iniciativa pioneira teve a chancela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que realizou, entre 7 e 16 de setembro de 1914, o Primeiro Congresso de História Nacional.

Fundado em 1838³, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vinha marcando presença nos mais importantes conclave internacionais da sua área de atuação. Delegados do IHGB apresentaram-se nos congressos Arqueológico e Histórico de Antuérpia (1866), no de Americanistas de Luxemburgo (1878), e no de Ciências Históricas de Veneza (1881). Neste último, o grêmio patrocinado pelo Imperador D. Pedro II recebeu prêmios pela coleção de mapas expostos, bem como pela qualidade e periodicidade da sua *Revista Trimensal*⁴. Outras distinções ocorreram, ainda, por ocasião da Exposição Universal de Paris (1889) e da Exposição Columbiana (Chicago, 1892). No XVI Congresso dos Americanistas (Viena, 1908), a representação ficou a cargo do sócio Manuel de Oliveira Lima, interlocutor do conhecido antropólogo norte-americano Franz Boas, em sessão coordenada, que abordou aspectos da etnografia americana⁵.

Apesar das recorrentes participações no estrangeiro, a idéia de realizar uma reunião acadêmica, dedicada ao estudo da história do Brasil, custou para germinar no Instituto, embora já estivesse sendo aventada desde 1903, por iniciativa de João Mendes de Almeida. A dificuldade, em parte, deve ser cre-

³ Sobre a fundação do IHGB, ver Manoel L. Salgado Guimarães, "Nação e civilização nos trópicos", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro 1(1): 5-27, 1988; Lucia Maria P. Guimarães, "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador", *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul./set., 1995.

⁴ No Congresso de Americanistas de 1878, o IHGB fez-se representar pelo Barão do Rio Branco. Em Veneza, por Domingos Gonçalves de Magalhães, o Visconde de Araguaia. Ver Lucia Maria P. Guimarães, *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Tese de Professor Titular. Rio de Janeiro, IFCH/UERJ, 2000, p. 87 (mimeo.).

⁵ Sobre o evento, Oliveira Lima escreveu uma série de crônicas, destacando a sua importância no âmbito científico. Lastimava, contudo, a inexistência de tais reuniões no Brasil. Cf. Manuel de Oliveira Lima, "O Congresso dos Americanistas de Viena I, II, III e IV", *idem, Obra Seleita*, organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho, Rio de Janeiro, INL, 1971, pp. 495-503.

ditada às próprias circunstâncias adversas, enfrentadas pela corporação após a queda da monarquia, quando deixou de desfrutar do mecenato imperial. Além disto, a mudança do regime afetara também o desenvolvimento dos estudos históricos.

Segundo Joaquim Nabuco, nos anos subseqüentes à proclamação da República, a história pátria atravessava (...) *uma crise, que se pode resolver, quem sabe por mutilação definitiva. Uma escola religiosa (...) mais política em todo caso do que religiosa, pretende reduzir a história nacional a três nomes Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant.* Da omissão, acrescentaria Nabuco, não escapava nem a (...) *restauração pernambucana (...) a página sem igual de heroísmo e afirmação nacional do nosso passado*. Para o autor do clássico *Um estadista do Império*, a República, no afã de justificar e de legitimar sua existência, desejava passar uma borracha no passado recente do país, o que significava apagar do panorama histórico o Segundo Reinado e a figura central daquela época, o Imperador D. Pedro II⁷.

No período de 1910-1920, a intelectualidade brasileira vivenciava uma fase de efervescentes manifestações cívicas. À medida em que crescia este apostolado, reflexo da crise internacional que acabaria desaguando na primeira Grande Guerra, tomava corpo uma onda de interesse pelas questões nacionais. A ilusão ilustrada das nossas elites⁸, nas palavras de Walnice Galvão, no fundo, constituía-se em uma das vertentes da versão nativa de um fenômeno de âmbito mundial, denominado por Maurice Agulhon de patriotismo modelo 1914⁹.

Os ventos do culto à nacionalidade também sopravam pelos lados do Instituto Histórico. Afinal, dentre as lições do catecismo cívico, sobressaía-se o estudo da história pátria. Tanto assim que, em 23 de abril de 1913, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima pronunciou uma conferência, que obteve grande repercussão entre letrados e políticos, intitulada "O atual

⁶ Joaquim Nabuco, "Discurso de posse na sessão de 25 de outubro de 1896", *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 59 (94): 310, 1896.

⁷ *Ibidem*, "Prefácio", *Um estadista do Império*, 5ª edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, v. 1, p. 32.

⁸ Cf. Walnice Galvão, "Depoimento", em 13 de abril de 1998, *História, Ciências e Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, 5: 293 (Suplemento), julho de 1998.

⁹ Cf. Maurice Agulhon, *Histoire vagabonde III* (La politique en France, d'hier à aujourd'hui), Paris, Gallimard, 1996, p. 12.

papel do Instituto Histórico", onde salientava a necessidade de (...) *reforçar o sentimento nacional*, por meio da construção de um passado comum a todos os brasileiros. Mais adiante, argumentaria, (...) *não se pode denegrir um período para enaltecer outro, não se devem exaltar os próceres da Independência, nem os propagandistas da República, à custa dos homens de Estado do Império*. Para tanto, sugeria a reunião de um congresso histórico brasileiro, com a participação de estudiosos de todo o país, (...) *formando-se assim uma federação intelectual e afetiva*¹⁰. Tarefas pedagógicas de *assinalado serviço à causa nacional*, no entender do Conde de Afonso Celso, então presidente do Instituto, figura reconhecida como *chefe venerável do nacionalismo brasileiro*¹¹.

O IHGB, diga-se de passagem, desde o princípio da década de 1910, já vinha promovendo uma série de atividades, que se destacavam como manifestações de nacionalismo¹². Tais iniciativas, porém, cabe de pronto esclarecer, estavam longe de configurar *um programa nacionalista com sustentação de massa*. Assemelhavam-se ao que Eric Hobsbawm caracterizou como a atuação de uma *minorité agissante*, formada por pioneiros e militantes da *idéia nacional*, que se dedicavam a campanhas com o propósito de externar e expandir este ideário¹³.

O certo é que, no Instituto, dias depois da citada conferência de Manuel de Oliveira Lima, Max Fleiüss e Afonso Arinos encaminharam à Mesa Diretora uma proposta formal, visando à convocação do Primeiro Congresso de História Nacional, daqui por diante denominado apenas de Primeiro Congresso. Uma comissão executiva, presidida por Ramiz Galvão, incumbiu-se de preparar o "Regulamento" do encontro, segundo as bases indicadas por

¹⁰ Manuel de Oliveira Lima, "O atual papel do Instituto Histórico", *Idem, Obra Seleta*, organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 721.

¹¹ A expressão é de Wilson Martins. Cf. Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1978, v. VI, p. 191.

¹² O termo nacionalismo foi tomado no sentido definido por Ernest Gellner, ou seja, de um (...) *princípio político o qual sustenta que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes*. Cf. Ernest Gellner, "Définitions", *Idem, Nations et nationalisme*, Paris, Éditions Payot, 1999, p. 11 (Bibliothèque Historique Payot). Sobre as atividades promovidas pelo IHGB, ver Lucia Maria P. Guimarães, *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, *op. cit.*, pp. 89-90.

¹³ Cf. Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, pp. 18-21

Oliveira Lima. As atividades teriam lugar na sede do Instituto Histórico, entre 7 e 16 de setembro de 1914. Concluída a parte acadêmica, haveria uma excursão dos congressistas à cidade de Ouro Preto, considerada a mais típica e sugestiva das cidades coloniais brasileiras.

O evento compreendia nove seções de trabalho, cada qual correspondendo a uma especialidade dos estudos históricos. Grosso modo, a divisão inspirava-se na tipologia definida por Langlois & Seignobos, no manual *Introduction aux études historiques*¹⁴, obra que, na época, era considerada a *bíblia* do método histórico, segundo Madeleine Rébérioux¹⁵. Cada seção contava com um relator e um comitê científico. Aos relatores, além de redigir a síntese dos trabalhos apresentados, cabia propor as *teses*, isto é, os temas ou as questões que deveriam ser objeto da reflexão dos congressistas. Por sua vez, os comitês científicos ficavam encarregados de emitir parecer sobre o mérito das comunicações propostas e da respectiva adequação às normas do *Regulamento*, podendo também manifestar-se sobre o seu potencial cívico.

As comunicações dividiam-se em duas categorias: *teses oficiais* e *teses avulsas*. Em ambas as situações só seriam aceitos textos inéditos. No primeiro caso, o IHGB convidaria um especialista para discorrer sobre determinado assunto do programa. No segundo, os autores inscreveriam seus trabalhos por iniciativa própria, desde que respeitado o elenco de temas estabelecido pelos organizadores, sendo-lhes facultado abordar (...) *qualquer episódio da história brasileira, desde o descobrimento até a lei dos nascituros*.

O recorte temporal coberto pelo Primeiro Congresso privilegiava, portanto, o período 1500-1871. É interessante notar que a fixação da última data-limite incorporava à história nacional boa parte do Segundo Reinado, tirando-o do tal *deserto do esquecimento*, aludido por Joaquim Nabuco. Por outro lado, a escolha daquele marco cronológico também é tributária da noção de distanciamento, defendida no Instituto desde a sua fundação, como necessária para que o historiador pudesse analisar os fatos com a devida isenção. Revela, ainda, coerência com a tradição do IHGB de não revolver episódios recentes da história política do país. No caso em questão, evitava-se tratar dos

¹⁴ A 1ª edição data de 1898. No presente trabalho, utilizamos a reedição de 1992. Cf. Charles-Victor Langlois & Charles Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Préface de Madeleine Rébérioux, Paris, Éditions Kimé, 1992, pp. 201-202.

¹⁵ Cf. Madeleine Rébérioux, "Préface", *Ibidem*, p. 7.

Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX

acontecimentos localizados no espaço de tempo compreendido entre a queda da monarquia e o advento do regime republicano.

O núcleo central da programação era constituído por 93 *teses oficiais*, que se distribuíam pelas nove seções de trabalho, conforme a tabela que se segue:

Tabela nº 1
*IHGB, Primeiro Congresso de História Nacional:
Distribuição do temário por seção*

SEÇÕES	RELATOR	TESES OFICIAIS	
		N ^{os} Absolutos	%
1ª História Geral do Brasil	Manoel Cícero Peregrino	11	12,0
2ª História das Explorações Geográficas	Gastão Ruch	11	12,0
3ª História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas	Edgard Roquete Pinto	07	7,5
4ª História Constitucional e Administrativa	Alfredo Valadão	18	19,3
5ª História Parlamentar	Augusto Tavares de Lyra	09	9,5
6ª História Econômica	João Pandiá Calógeras	09	9,5
7ª História Militar	Antonio Gomes Pereira	07	7,5
8ª História Diplomática	Luis G. d'Escragnole Dória	06	6,5
9ª História Literária e das Artes	José Vieira Fazenda	15	16,2
Total		93	100,0

Fonte: *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 5 v., 1915-1917.

A distribuição percentual dos temas por seção demonstra sintonia dos relatores com as principais tendências da historiografia europeia dos primeiros anos do século XX¹⁶. Privilegiava-se nitidamente o campo da história política e territórios correlatos (história militar, história diplomática, história constitucional e administrativa e história parlamentar). Por sua vez, a incidência de matérias na seção *História das Explorações Geográficas* também revela familiaridade com aquelas orientações, pois a geografia histórica vinha se consolidando como uma nova área de estudos, nos grandes centros uni-

¹⁶ Para efeito de comparação, ver os levantamentos de Pim den Boer, *History as profession. The study of history in France, 1818-1914*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1998, pp. 333-335.

versitários do Velho Mundo¹⁷. Do mesmo modo, há que se notar a parcela, ainda que modesta, de proposições alocadas em certas especialidades que, na época, eram consideradas “emergentes”, a exemplo da história econômica e da chamada *história das explorações arqueológicas e etnográficas*¹⁸.

Por outro lado, o expressivo percentual de tópicos no segmento dedicado à *história literária e das artes* constitui uma pista de que as preocupações nacionalistas do Instituto extrapolavam o culto às tradições históricas, buscando também salientar e preservar certos conhecimentos, que ajudassem na modelagem da consciência de grupo, como a literatura, a arte, os costumes e a religião.

Quanto ao conteúdo, os temas da 1ª Seção, direcionada para o estudo da *história geral do Brasil*, demarcavam as grandes linhas que iriam servir de fio condutor para os demais segmentos do Primeiro Congresso. A opção metodológica de partir da história geral para as chamadas histórias especializadas, mais uma vez, apoiava-se nas premissas formuladas por Langlois & Seignobos. Não é demais lembrar que os dois historiadores franceses aconselhavam os estudiosos a identificarem em primeiro lugar os fatos gerais, os *grandes acontecimentos*, sobretudo os de natureza política, demarcadores das sucessivas etapas da *evolução* de uma determinada sociedade. No caso de episódios decorrentes de ações individuais, cabia destacar apenas as personalidades cuja atuação houvesse afetado uma parcela significativa da população, imprimindo determinada direção a uma massa de indivíduos¹⁹.

As matérias propostas pelo relator, o Prof. Manuel Cícero Peregrino, formavam dois grandes eixos temáticos, construídos a partir da divisão cronológica da história do Brasil segundo os regimes políticos, ou seja, a Colônia e o Império²⁰. O passado colonial desdobrava-se em fases sucessivas, do

¹⁷ Sobre a colaboração mais estreita entre historiadores e geógrafos no início do século XX, Charles Higounet, “La Géohistoire”, Charles Samaran (Dir.), *L’histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1973, pp. 78-82 (Encyclopédie de La Pléiade, v. 11). Ver, também, Pim den Boer, *op. cit.*, p. 335.

¹⁸ Cf. Peter Burke, “Quanto é nova a nova história”, *Idem* (Org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Editora da UNESP, 1992, pp. 16-25.

¹⁹ Cf. Langlois & Seignobos, *Introduction aux études historiques*, *op. cit.*, pp. 202-204.

²⁰ É importante salientar que esta divisão cronológica da história do Brasil por regimes políticos, acrescida naturalmente do período republicano, é utilizada ainda hoje por autores contemporâneos, a exemplo de José Roberto Amaral Lapa e de Francisco Iglésias, dentre outros. Serve, também, para a classificação de projetos de pesquisa na área de História, por órgãos oficiais de fomento à pesquisa, como é o caso do CNPq.

mesmo modo que o período monárquico. As balizas temporais utilizadas para pontuar os respectivos fracionamentos foram fixadas consoante a categoria dos chamados *grandes acontecimentos*²¹. Por sua vez, a escolha dos vultos representativos daquelas fases da história pátria também seguia os mesmos princípios definidos por Langlois & Seignobos. À guisa de exemplo, no período colonial, privilegiava-se a biografia de Padre Antonio Vieira e, no tópico relativo à presença holandesa no Brasil, realçava-se a figura de Maurício de Nassau. Nos dois casos, vale acrescentar, havia ainda um outro ponto comum: a relevância que os organizadores do Primeiro Congresso estavam atribuindo à problemática da restauração pernambucana, considerado um dos episódios da nossa história que melhor se prestava para estimular o patriotismo.

Na 2ª Seção, *História das explorações geográficas*, o relator Gastão Ruch preocupou-se com a análise do processo de formação do território nacional, partindo dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. A seqüência dos assuntos apontava para as sucessivas ações, tanto oficiais, quanto particulares, que contribuíram para a expansão do espaço geográfico da América Portuguesa. No rol dos temas escolhidos, verifica-se, mais uma vez, a ênfase que vinha sendo dada à problemática da presença dos holandeses no nordeste, desta feita focalizando-os como exploradores do sertão.

O programa da 3ª Seção, *História das explorações arqueológicas e etnográficas*, trazia a assinatura de Edgard Roquette Pinto. Direccionava-se para o exame dos elementos constitutivos da formação étnica da população brasileira. Dos sete assuntos apresentados para dissertação, cinco tratavam dos primitivos habitantes da Terra de Santa Cruz, sua distribuição geográfica na época do descobrimento e a respectiva classificação por troncos lingüísticos. Diga-se de passagem, desde meados do século XIX, o Instituto Histórico já desenvolvia uma linha de pesquisa voltada para os estudos indígenas, com volumosa produção, publicada na *Revista Trimensa*²². Ao lado das conhecidas

²¹ O programa da seção de *história geral do Brasil* era formado pelos seguintes tópicos: 1. O descobrimento do Brasil, 2. A colonização, capitanias, 3. Estabelecimento de um governo Geral, os primeiros jesuítas, 4. O domínio espanhol, 5. Os holandeses no Brasil, governo de Maurício de Nassau, 6. O padre Antonio Vieira, 7. Política do Marquês de Pombal, 8. Tentativas de Independência, 9. A Corte Portuguesa no Brasil, 10. Primeiro Império, os governos da regência, 11. O Segundo Império até 1871.

²² Cf. Lucia Maria P. Guimarães, "Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial", *op. cit.*, p. 511.

descrições de jesuítas e de cronistas coloniais sobre o gentio, Roquette Pinto sugeria o exame de novas fontes – os relatos de viajantes e naturalistas estrangeiros que se dedicaram àquela temática.

No tocante à raça negra, havia apenas um único item, voltado para as origens tribais dos africanos e sua distribuição pelas regiões do Brasil, questão que desembocava na análise das estratégias dos mercados negreiros, que procuravam dispersar os indivíduos de uma mesma tribo, na formação dos lotes de escravos para a venda. Quanto à raça branca, o tópico intitulado *A imigração branca sob o ponto de vista etnográfico* revelava um outro aspecto característico do contexto nacionalista do início do século XX: a preocupação de identificar os principais traços culturais dos imigrantes. Tarefa da maior importância, numa época em que se começava a questionar a entrada indiscriminada de estrangeiros no país²³.

O Prof. Alfredo Valladão, responsável pela 4ª Seção – *História constitucional e administrativa* – apresentou um programa bastante ambicioso, composto de dezoito extensos tópicos. Jurista e historiador, Valladão entendia que as instituições públicas deveriam ser cuidadosamente esquadrihadas, desde os tempos coloniais até o final do Segundo Reinado. No que se refere à fase colonial, a relação das matérias calcava-se na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, *a História geral do Brasil*. O peso maior do programa, contudo, recaía sobre o período monárquico, apesar de os tópicos oferecidos limitarem-se a uma compilação cronológica de decretos, leis, normas e demais atos oficiais que regulamentaram a institucionalização e o funcionamento do Estado imperial. Procedimento passível de crítica, e que lembra uma reflexão de Louis Halphen, de que não bastaria ao historiador deixar-se levar (...) *pelos documentos, lidos um após outro, tal e qual se nos oferecem, para assistir à reconstrução automática da cadeia dos fatos* (o grifo é nosso)²⁴.

Seja como for, o mesmo enfoque utilizado por Valladão orientou o temário da 5ª Seção, *História parlamentar*, preparado pelo Dr. Augusto Tavares de Lyra. Gabinetes, Partidos, programas de governo, personalidades e debates parlamentares constituíam os principais aspectos privilegiados. A relação

²³ Ver, dentre outros críticos da imigração, Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro*, 3ª edição, Série 5ª, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 112 (Coleção Brasileira).

²⁴ Louis Halphen, *apud* Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1972, pp. 15-16.

repetia, inclusive, diversos assuntos já contemplados no segmento dedicado à *História constitucional e administrativa*, como a Constituinte de 1823 e o Ato Adicional. Um caso típico daquela visão oitocentista de história, contra a qual, alguns anos mais tarde, a *Escola de Annales* se insurgiria. A chamada *história política – a do Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação das instituições em que ele se concentrava*²⁵.

O elenco de temas da 6ª Seção, dedicada à *História Econômica*, foi elaborado por João Pandiá Calógeras e demonstrava maior organicidade e consistência do que os programas das especialidades direcionadas para o estudo da história política. Tudo indica que se baseava no ensaio “O Brasil e seu desenvolvimento econômico”, também de autoria de Calógeras, publicado no volume relativo ao ano 1913 dos *Anais da Biblioteca Nacional*²⁶. A pauta apresentava um relacionamento quase cartesiano com as proposições do segmento de *História geral do Brasil*. Iniciava-se com uma retrospectiva econômica da fase colonial, passava pelo estudo das transformações decorrentes da quebra do monopólio comercial e, em seguida, examinava o período que corresponde à presença da Corte Portuguesa no Brasil. Na parte relativa ao Estado Imperial, subordinava a situação econômica do país aos acontecimentos políticos.

Os estudos de *História Militar* eram objeto da 7ª Seção. O relator, Almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira, preocupou-se em definir os marcos cronológicos da gênese das forças armadas brasileiras. No caso do exército, as origens foram fixadas no século XVII, a propósito da restauração pernambucana, acontecimento que, como já foi visto, andava na ordem do dia, pois inspirava fortes sentimentos patrióticos. Já no que diz respeito à marinha, tomou-se como referência o papel desempenhado pela esquadra imperial nas lutas da independência, outro episódio que também despertava o amor-próprio nacional.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a história militar era percebida como um desdobramento da história política, sempre que tratava da análise de conflitos internos, como a participação das forças armadas no comba-

²⁵ Cf. René Rémond, “Uma história presente”, *Idem* (Org.), *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p. 15.

²⁶ J. Pandiá Calógeras, “O Brasil e seu desenvolvimento econômico”, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 35: 48-61, 1913.

te aos levantes e às insurreições que eclodiram durante o período regencial. No que diz respeito às questões externas, porém, o Almirante Gomes Pereira, consoante a sua formação, orientava-se por uma concepção de história militar advinda da Antigüidade Clássica, percebendo-a como o estudo da arte da guerra²⁷. Isto fica patente nos itens que contemplam a Guerra do Paraguai, cuja ênfase maior recai sobre o exame das operações militares.

A organização da 8ª Seção – *História Diplomática* – foi confiada ao Prof. Luís Gastão d’Escragnolle Dória, que apresentou um quadro sucinto da política exterior. Os temas escolhidos salientavam os problemas e as heranças com que a diplomacia imperial se defrontou, alguns deles tributários do passado colonial, a exemplo dos litígios na região do rio da Prata e na demarcação das fronteiras. Escragnolle Dória, todavia, não procurou alargar os horizontes da política externa brasileira, com a incorporação de fatos econômicos. Restringiu-se, apenas, ao exame das ações do Estado, uma abordagem de história diplomática restrita à *política dos Tribunais e dos Gabinetes*²⁸.

Coube ao bibliotecário do IHGB, o Dr. José Vieira Fazenda, elaborar as *teses oficiais* da 9ª Seção – *História Literária e das artes*. O programa era uma espécie de miscelânea, de modo a destacar os elementos que contribuíram para a formação da cultura brasileira, tomada em seu sentido etnográfico amplo, tal como foi concebida ao final do século XIX, pelo antropólogo inglês E. B. Tylor, ou seja, um todo (...) *complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades adquiridas pelo homem como membro da sociedade*²⁹.

No encadeamento das proposições, Vieira Fazenda relacionava o desenvolvimento das letras à “raça” branca, representada na fase colonial pela ação dos jesuítas e sua obra no campo da educação. A contribuição autóctone, bem como a dos negros, seria lembrada pelas respectivas manifestações

²⁷ Sobre as concepções dos historiadores oriundos do meio militar, ver Jean-Pierre Azéma, “A Guerra”, René Rémond, *Por uma história política, op. cit.*, pp. 409-410. Ver, também, Wolfgang Mommsen, “War and culture”, Claude Morin (Org.) *Actes/Proceedings – XVIII Congrès International des Sciences Historiques*, Montréal, CISH95, 1995, pp. 311-312.

²⁸ Lucien Febvre, “Contra a história diplomática em si”, *Idem, Combates pela história*, Lisboa, Editorial Presença, 1977, v. 1, p. 97 (Coleção Biblioteca das Ciências Humanas).

²⁹ Cf. E. B. Tylor, “Cultura”, *apud* Benedito Silva (Org.), *Dicionário de Ciências Sociais*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1987, p. 290.

artísticas. Por fim, através do estudo do folclore, procurava demonstrar como se efetuou a mescla cultural³⁰.

Inaugurado solenemente em 7 de setembro de 1914, pelo Presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, o *Primeiro Congresso* reuniu cerca de 200 participantes, inclusive representantes dos governos estaduais e das principais associações científicas do país. Público, aliás, bem expressivo, considerando as acanhadas dimensões dos círculos letrados brasileiros nas primeiras décadas do século XX.

A memória do evento acha-se registrada nos *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, uma coleção de 5 alentados volumes, que perfazem um total de 4.925 páginas³¹. Além das contribuições historiográficas, de que trataremos mais adiante, integram a publicação os documentos relativos à organização e à realização do evento propriamente dito, inclusive a transcrição das atas das sessões, dos discursos e das moções apresentadas. Este material, aliás, revela que as reuniões plenárias serviram de palco para os intelectuais externarem o seu repúdio à guerra que eclodira recentemente na Europa, ao mesmo tempo em que exaltavam as virtudes nacionais, por meio de discursos apologéticos, pontuados por profissões de fé no glorioso futuro que estaria reservado ao país.

No âmbito acadêmico, os *Anais* reportam a exposição de 102 trabalhos, no correr das sessões ordinárias. Deste conjunto, foram publicadas 95 memórias históricas, sendo 54 na categoria das *teses oficiais* e 41 na das *teses avulsas*³².

O total de comunicações na classe das *teses oficiais* indica que cerca de 60% do temário apresentado pelos organizadores foram objeto de estudo, o que pode ser considerado um indicador expressivo, não só diante da quantidade de assuntos propostos, mas também porque certos temas se repetiam em mais de uma seção, conforme já se disse. Contudo, sabendo-se que as *teses oficiais* deveriam ser desenvolvidas por intelectuais de nomeada, convidados pela Comissão Executiva do evento, é possível supor que houve um índice relativamente alto de absenteísmo daqueles notáveis. Embora as fon-

³⁰ Sobre a diferença entre miscigenação étnica e mescla cultural, ver Ronaldo Vainfas, "Colonização, miscigenação e questão racial", *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, 4(8): 7-22, dezembro de 1999.

³¹ Ver IHGB, *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 1, pp. 1-134.

³² No Anexo, apresentamos a relação das monografias e respectivos autores.

tes não permitam identificar todas as ausências, nem tampouco justificá-las, há que se destacar, dentre outras faltas, a do político e escritor Gilberto Amado, indicado para discorrer sobre o tópico “Contos populares, lendas e tradições populares”.

Percebemos, todavia, que o mesmo não ocorreu quando as *teses oficiais* foram confiadas à chamada “prata da casa”. Os sócios efetivos do Instituto Histórico prepararam alentadas intervenções: figuras da envergadura do Prof. Manuel Álvaro de Sousa Sá Vianna, reconhecido especialista de direito internacional, que dissertou sobre “O tráfico e a diplomacia brasileira”³³; o jurista Clóvis Bevilacqua foi autor da *tese oficial* “As capitanias hereditárias perante o Tratado de Tordesilhas”³⁴, ou, ainda, o próprio presidente do IHGB, o Conde de Afonso Celso, que discorreu sobre a proposição “O poder pessoal do Imperador”, analisando as prerrogativas e o exercício do Poder Moderador no Segundo Reinado³⁵.

Já na categoria das *teses avulsas*, onde as adesões eram facultativas, o total das comunicações editadas indica uma resposta positiva dos estudiosos ao conclave. Ao lado de veteranos membros do Instituto Histórico, apresentaram-se sócios recém-ingressos. No primeiro caso, destacamos o historiador Max Fleiüss e o geólogo Orville Derby, autores, respectivamente, da pesquisa documental “O Imperador D. Pedro II no Arquivo do Conselheiro José Saraiva”³⁶, e da monografia “Estudos cartográficos na primeira fase dos descobrimentos da América”³⁷. No segundo, o Prof. Pedro Souto Maior, que relatou os resultados das suas investigações recentes no Arquivo Real de Haia, a respeito dos sínodos e das classes do Brasil, durante o domínio holandês³⁸. Fora dos quadros do Instituto, dentre outros nomes do mundo das letras e da política, expuseram trabalhos Laudelino Freire, Basílio de Magalhães, Levi

³³ Manuel Álvaro de Sousa Sá Vianna, “O tráfico e a diplomacia brasileira”, IHGB, *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional, op. cit.*, v. 5, pp. 537-564.

³⁴ Clóvis Bevilacqua, “As capitanias hereditárias perante o Tratado de Tordesilhas”, *Idem*, v. 2, pp. 5-26.

³⁵ Afonso Celso, “O poder pessoal do Imperador”, *Idem*, v. 4, pp. 375-412.

³⁶ Max Fleiüss, “O Imperador D. Pedro II no Arquivo do Conselheiro Saraiva”, *Idem*, v. 1, pp. 1509-1540.

³⁷ Orville Derby, “Estudos cartográficos na primeira fase dos descobrimentos da América”, *Idem*, v. 2, pp. 325-344.

³⁸ Pedro Souto Maior, “Religião reformada no Brasil, no século XVII”, *Idem*, v. 1, pp. 707-780.

*Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço
da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*

Carneiro e Múcio da Paixão, este último vindo da cidade de Campos para participar do evento. Novos talentos também foram revelados, a exemplo do jovem engenheiro e arquiteto Prof. Adolfo Morales de los Rios, cujo belíssimo estudo, “Subsídios para a história da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”³⁹, hoje em dia é considerado livro de referência.

Na tabela adiante, quantificamos as monografias publicadas de cada seção, distribuindo-as por categoria de inscrição, de acordo com o respectivo recorte temporal, segundo a divisão cronológica da história do Brasil por regime político⁴⁰:

Tabela nº 2
IHGB: Anais do Primeiro Congresso de História Nacional:
Distribuição das comunicações publicadas

SEÇÕES	Teses Oficiais			Teses Avulsas			TOTAL	%
	Colônia	Império	Outro	Colônia	Império	Outro		
1ª História Geral do Brasil	06	-	-	16	03	01	25	26,4
2ª História das Explorações Geográficas	06	-	-	04	-	01	11	11,5
3ª História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas	02	-	02	-	-	01	05	5,2
4ª História Constitucional e Administrativa	02	10	02	01	05	-	20	21,1
5ª História Parlamentar	-	05	01	-	02	-	08	8,4
6ª História Econômica	-	02	02	-	-	01	05	5,2
7ª História Militar	01	06	-	01	03	-	11	11,5
8ª História Diplomática	-	02	-	01	-	-	03	3,2
9ª História Literária e das Artes	02	01	02	01	-	01	07	7,5
TOTAL	19	26	09	24	13	04	95	100

Fonte: IHGB, *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 5 v., 1915-1917.

³⁹ Adolfo Morales de los Rios, “Subsídios para a história da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, *Idem*, v. 1, pp. 989-1350.

⁴⁰ Os trabalhos, cuja problemática contemplava recorte cronológico que se estendia desde a fase colonial até o Brasil independente, foram computados na coluna *outro*. Procedeu-se do mesmo modo com a monografia “Economia e finanças dos Estados”, de autoria de João de Lyra Tavares, que, apesar de tratar do período republicano, foi apresentada na categoria das “teses avulsas”, da seção de história econômica.

De modo geral, a distribuição das comunicações por seção acompanha as mesmas tendências observadas para a tabela nº 1. Nas duas categorias predominaram os estudos de história política e áreas correlatas, alcançando cerca de 71% dos textos publicados nos *Anais*. Os 29% restantes repartiam-se entre as demais seções, nos seguintes percentuais: 11,5% tratavam de temas da geografia histórica, então denominada de *história das explorações geográficas*; 7,5%, de *história literária e das artes*; 5,1%, de *história econômica* e 5,1%, *história das explorações arqueológicas e etnográficas*. Note-se que os dois últimos segmentos correspondem às especialidades que consideramos “emergentes”.

No que se refere à periodização da história pátria, no grupo das *teses oficiais*, 19 monografias examinaram a fase colonial, enquanto 26 trataram do Brasil independente. A diferença constatada em favor deste último período espelha a organização dos conteúdos programáticos dos segmentos de *história constitucional e administrativa*, *história parlamentar* e *história militar*, cuja incidência maior de temas recaía sobre o Segundo Reinado.

O quadro se inverte na classe das *teses avulsas*, onde os congressistas puderam escolher os assuntos de suas comunicações, com a preponderância de trabalhos que tratavam da fase colonial. Evidência de que a problemática da América portuguesa continuava a ser o grande objeto dos estudos históricos, tal como já vinha ocorrendo desde meados dos oitocentos⁴¹. Tendência, aliás, que ainda se manteve por um bom tempo na historiografia brasileira, inclusive na produção originária do meio universitário, como apontam os levantamentos de José Roberto do Amaral Lapa⁴².

A análise do conteúdo dos textos editados nos *Anais* traz algumas surpresas, tanto nas *teses oficiais*, quanto nas *avulsas*, sobretudo no que diz respeito aos enfoques utilizados por certas comunicações apresentadas nas especialidades ditas “emergentes”. No âmbito da *história econômica*, merecem registro duas *teses oficiais*: “Dívida do Brasil, pública e privada” e “A circulação. Crise do *xem-xem*, evolução das leis monetárias. Crises de 1857 e de

⁴¹ Cf. Lucia Maria P. Guimarães, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador”, *op. cit.*, p. 513.

⁴² No período 1934-1973, 43,5% das teses de doutoramento defendidas na Universidade de São Paulo abordaram temáticas do período colonial. Cf. José Roberto do Amaral Lapa, *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*, 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 48.

1864”⁴³, escritas respectivamente por F. T. de Souza Reis e A. B. de Ramalho Ortigão⁴⁴. Ambos os autores fizeram uso de métodos que mais tarde seriam próprios da história serial e chegaram a conclusões instigantes, considerando a cultura histórica do início do século XX. O primeiro, por meio do estudo da dívida passiva do Tesouro Nacional, no período compreendido entre 1824 e 1871, comprova que o recurso à contratação de empréstimos externos e internos foi uma prática constante, utilizada pelos nossos dirigentes sempre que havia déficits nas contas públicas. O segundo, através de um conjunto de sofisticados procedimentos estatísticos, inclusive o levantamento da curva do meio circulante, demonstra como o governo imperial se valeu do recurso da emissão de papel moeda sem o respectivo lastro em ouro, por sucessivas vezes, como uma alternativa fácil para *encobrir* os danos das crises financeiras que afetaram a economia do país em diferentes momentos, contribuindo deste modo para o aumento da inflação.

No tocante aos segmentos de *história das explorações arqueológicas e etnográficas* e de *história literária e das artes*, ao lado de narrativas dirigidas para a valorização da nacionalidade, aparecem trabalhos de abordagem bastante original. Veja-se a contribuição de Teodoro Sampaio, sobre os relatos dos naturalistas viajantes do século XIX a respeito das populações indígenas⁴⁵; no domínio da *história literária e das artes*, a dissertação intitulada “Do teatro no Brasil”, escrita por Múcio da Paixão⁴⁶. Isto sem falar das monografias que trataram da pintura, dos costumes do cotidiano e do cancionero dos bandei-

⁴³ Ver F. T. de Sousa Reis, “Dívida do Brasil, pública e privada”, *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional, op. cit.*, v. 4, pp. 613-690, e A. B. de Ramalho Ortigão, “A circulação. Crise do *xem-xem*, evolução das leis monetárias. Crises de 1857 e de 1864”, *Idem*, pp. 465-548.

⁴⁴ Os *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, lamentavelmente, não oferecem maiores informações sobre F. T. de Sousa Reis. O *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, de Rubem Borba de Moraes, também não apresenta nenhuma entrada com este nome, nem o *Índice Geral da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Sobre A. B. Ramalho Ortigão, aliás Antonio de Barros Ramalho Ortigão, sabe-se apenas que participou do projeto da Academia de Altos Estudos do Instituto Histórico, tendo ministrado cursos da disciplina História das Doutrinas Econômicas no Brasil. Cf. Max Fleiüss, *Recordando.... (Casos e perfís)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941, v. 1, pp. 235-238.

⁴⁵ Cf. Teodoro Sampaio, “Os naturalistas viajantes dos séculos XVII e XIX e o progresso da etnografia indígena no Brasil”, *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional, op. cit.*, v. 2, pp. 543-594.

⁴⁶ Cf. Múcio da Paixão, “Do teatro no Brasil”, *Idem*, v. 5, pp. 675-722.

rantes⁴⁷, textos que descortinam, por assim dizer, alguns aspectos da cultura brasileira que só seriam incorporados às análises historiográficas na década de 1930, nas obras pioneiras de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda.

O mesmo se pode afirmar dos estudos de geografia histórica, que, sob o rótulo de *história das explorações geográficas*, examinaram os itinerários dos bandeirantes, as etapas do povoamento e do desbravamento do território, bem como a importância dos sistemas fluviais para o acesso e a conquista de determinadas regiões brasileiras. Na área da cartografia histórica, a mencionada monografia de Orville Derby constitui caso exemplar, à medida em que compara seis mapas, elaborados entre 1492 e 1502, contendo os registros dos primeiros navegadores europeus que alcançaram o continente americano⁴⁸.

Por outro lado, no campo da história política, prevaleceram as mesmas perspectivas da historiografia brasileira oitocentista, em que pesem o seu ineditismo e o esforço de erudição dos respectivos autores, que se espelhavam nos cânones da escola metódica⁴⁹. Os estudos relativos à América Portuguesa, via de regra, eram tributários da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, confirmando as palavras de Oliveira Lima, de que a obra de Varnhagen (...) *foi e continua a ser a peça de resistência da nossa refeição histórica, o assado sólido, gordo, apetitoso na sua simplicidade sem adubos nem temperos franceses, com um molho leal e nenhum acompanhamento* (o grifo é nosso)⁵⁰.

A exceção do Prof. Jonas Serrano, na *tese oficial* "A colonização – Capitânias"⁵¹, raros foram os autores que se aventuraram na trilha aberta por Capistrano de Abreu, cujos *Capítulos de história colonial* tiveram sua primeira edição em 1907, indício de que os estudiosos ainda não haviam incorporado certos encaminhamentos propostos por Mestre Capistrano, sobretudo no que

⁴⁷ Ver, por exemplo, Francisco Luiz da Gama Rosa, "Costumes dos povos nos nascimentos, batizados, casamentos e enterros", *Idem, ibidem*, pp. 735-746.

⁴⁸ Orville Derby, "Estudos cartográficos na primeira fase dos descobrimentos da América", *Idem*, v. 2, pp. 325-344.

⁴⁹ Sobre a escola metódica, ver Guy Bourdê & Hervé Martin, "O discurso do método", *Idem, As escolas históricas*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d., pp. 101-104.

⁵⁰ Manuel de Oliveira Lima, "Elogio a Varnhagen", *Idem, Obra Seleta...*, *op. cit.*, p. 551.

⁵¹ Cf. Jonas Serrano, "A colonização – Capitânias", *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, *op. cit.*, v. 1, pp. 185-206.

diz respeito ao exame das diversidades regionais, bem como dos contrastes e dos desequilíbrios da sociedade colonial.

As narrativas que se reportam ao período reinol e ao processo da independência inspiravam-se nas premissas estabelecidas por Pereira da Silva, na *História da fundação do Império Brasileiro*⁵², embora, no texto “A Corte Portuguesa no Brasil”⁵³, já se perceba alguma influência das análises de Manuel Oliveira Lima, no livro *D. João VI no Brasil*, lançado em 1908. Quanto às comunicações que versavam sobre os acontecimentos relativos ao jogo político do Segundo Reinado, a citação obrigatória recaía na obra de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*.

Apesar da diversificação temática dos trabalhos publicados, decorrente da própria amplitude da programação do Primeiro Congresso, a leitura dos *Anais* demonstra que três assuntos mereceram uma atenção especial dos estudiosos, a saber: o “Domínio Holandês”, a “Revolução de 1817” e a “Guerra do Paraguai” – três episódios da história pátria, por sinal, muito propícios ao desenvolvimento do ideário nacionalista.

A problemática da presença batava no nordeste, além de tangenciada em diversos autores, mereceu cinco monografias. À exceção de Pedro Souto Maior, a cujo estudo de fontes já nos referimos, os demais autores preocuparam-se em fixar a gênese da nacionalidade brasileira no caráter heróico da resistência pernambucana, (...) *exemplo de amor à terra natal (...) para sacudir o odioso jugo estrangeiro*⁵⁴. Houve mesmo quem examinasse o papel desempenhado por Domingos Fernandes Calabar, *o famigerado mameluco que se passou para o lado dos holandeses, contra os épicos de Pernambuco*, concluindo que o destino sinistro de Calabar deveria servir de lição à mocidade nacional⁵⁵.

A “Revolução de 1817” recebeu tratamento idêntico por parte dos três estudiosos que a abordaram. Ascendino Carneiro da Cunha enalteceu a ação

⁵² Ver, por exemplo, Taciano Accioli Monteiro, “Algumas reflexões sobre a ata do Fico”, *Idem*, v. pp. 883-900.

⁵³ Ver Pandiá H. Tautphoeus Castello Branco, “A Corte Portuguesa no Brasil”, *Idem*, pp. 417-434.

⁵⁴ Ver Augusto Tavares de Lyra, “O domínio holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte”, *Idem*, v. 1, pp. 437-506; Joaquim de Salles Torres Homem, “A expulsão dos holandeses de Pernambuco”, *Idem*, v. 5, pp. 7-47; Sebastião de Vasconcellos Galvão, “Expulsão dos holandeses de Pernambuco”, *Idem, ibidem*, p. 420. A expressão é de Joaquim de Salles Torres Homem, p. 17.

⁵⁵ Olímpio Galvão, “Calabar na história ou domínio holandês no Brasil”, *Idem*, v. 1, pp. 819-875.

dos rebeldes na Paraíba do Norte⁵⁶, enquanto Jonatas Serrano e Marcílio Teixeira de Lacerda ocuparam-se da biografia de um dos líderes daquele movimento, Domingos José Martins, modelo de virtudes cívicas a ser cultuado pelas gerações futuras, porquanto (...) *morreu como um herói e assumiu as proporções grandiosas de um semi-deus*, segundo Teixeira de Lacerda⁵⁷.

As dissertações sobre a “Guerra do Paraguai” também não fugiram dos cânones da *historia magistra vitae*. Não vem ao caso fazer uma apreciação detalhada destes trabalhos, todos assinados por militares, pois se trata de um conjunto bastante homogêneo, cujo enfoque privilegia a *arte da guerra*, com detalhadas descrições das situações de combate, mas sempre entrecortadas por relatos de episódios de bravura e patriotismo. Entretanto, do ponto de vista interpretativo, é importante notar que os autores se preocuparam em sustentar a posição de que o Brasil, ao contrário do Paraguai, não empreendera uma guerra de conquista⁵⁸.

Este breve balanço das comunicações publicadas nos *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional* revela que a historiografia brasileira, no alvorecer do século XX, se mostrava bastante familiarizada com as principais tendências européias que orientavam o estudo da disciplina, tanto com as noções da *escola metódica*, em especial na sua vertente francesa, representada por Langlois & Seignobos, quanto no que diz respeito ao ideário nacionalista do *patriotismo à moda 1914*, que dava à escrita da história um caráter eminentemente pragmático, destinado a fornecer bons exemplos e lições de civismo.

Todavia, a estreita afinidade dos nossos historiadores com aquelas concepções não impediu o aparecimento de contribuições originais, privilegiando objetos hoje em dia muito caros ao domínio da história cultural, ou que tratassem de certas questões de história econômica, valendo-se de métodos

⁵⁶ Cf. Ascendino Carneiro da Cunha, “A Revolução de 1817 na Paraíba do Norte”, *Idem*, v. 1, pp. 588-612.

⁵⁷ Cf. Jonatas Serrano, “Um vulto de 1817”, *Idem*, v. 1, pp. 519-551; Marcílio Teixeira de Lacerda, “Domingos José Martins”, *Idem*, v. 1, pp. 553-586. A expressão é de Teixeira de Lacerda, p. 577.

⁵⁸ Ver Liberato Bitencourt, “Fase inicial da guerra do Paraguai. Marcha dos exércitos aliados anteriormente ao comando de Caxias. Operações da esquadra”, *Idem*, v. 5, pp. 175-210; Bernardino Borman, “Guerra do Paraguai”, *Idem*, v. 5, pp. 211-293; Antonio José Dias de Oliveira, “Guerra do Paraguai. A Campanha das Cordilheiras. Fim da Guerra. Golpe de vista sobre a formação da nacionalidade paraguaia”, *Idem*, v. 5, pp. 295-460.

Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX

de análise sofisticados, que só viriam a ser consagrados pela história serial muitos anos mais tarde.

Seja como for, o Instituto Histórico, por meio do Primeiro Congresso de História Nacional, promoveu a sistematização do conhecimento histórico disponível, conferindo-lhe unidade e coerência, incorporando inclusive à história pátria o passado recente do país. Afinal, como argumentara Manuel de Oliveira Lima, o grande mentor do conclave, *Todos lucram em verificar que a nossa história, por mais local que pareça, é toda ela a mesma (...)*⁵⁹. Ainda que condimentada por generosas porções dos tais *adubos e temperos franceses*, para desgosto do paladar de Oliveira Lima, cabe acrescentar.

ANEXO

***Anais do primeiro Congresso de História Nacional:
relação das comunicações publicadas***

Seções/Comunicações	Categoria	Autor
1ª Seção – História geral do Brasil		
1.1 A colonização – Capitânias	Tese oficial	Jonathas Serrano
1.2 Estabelecimento de um Governo Geral – Os primeiros jesuítas	Tese oficial	José Eduardo F. de Carvalho Fº
1.3 Domínio Espanhol	Tese oficial	Lúcio José dos Santos
1.4 O padre Antonio Vieira	Tese oficial	Antonio Fernando Figueira
1.5 Tentativas de Independência	Tese oficial	A.Velloso Rebello
1.6 A Corte Portuguesa no Brasil	Tese oficial	Pandiá H. de T. Castello Branco
1.7 Domínio holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte	Tese avulsa	A.Tavares de Lyra
1.8 João Francisco Duclerc	Tese avulsa	Gastão Ruch Sturzenecker
1.9 Um vulto de 1817	Tese avulsa	Jonathas Serrano
1.10 Domingos José Martins	Tese avulsa	Marcílio Teixeira de Lacerda
1.11 A revolução de 1817 na Paraíba	Tese avulsa	Ascendino Carneiro da Cunha
1.12 A Guerra dos Mascates	Tese avulsa	Vicente B. Wanderley e Araújo
1.13 Notícia histórica sobre a coleção egípcia adquirida por D. Pedro I	Tese avulsa	Alberto Childe
1.14 O Conde D'Escragnole	Tese avulsa	José Ribeiro do Amaral
1.15 A religião reformada no Brasil, no século XVII	Tese avulsa	Pedro Souto Maior
1.16 Azeredo Coutinho	Tese avulsa	Padre Heliodoro Pires
1.17 Memória sobre a Serra de Itabaiana	Tese avulsa	Luiz José da Costa Filho
1.18 Calabar na história ou o domínio holandês no Brasil	Tese avulsa	Olympio Galvão
1.19 Os povoadores do estado do Rio Grande do Sul	Tese avulsa	Joaquim G. de Campos Júnior
1.20 Algumas reflexões sobre a ata do Fico	Tese avulsa	Taciano Accioli Monteiro

⁵⁹ Manuel de Oliveira Lima, "O atual papel do Instituto Histórico", *Idem, Obra Seleta...*, op. cit., pp. 721-724.

Seções/Comunicações	Categoria	Autor
1.21 Os partidos políticos de Santa Catarina 1.22 Memória sobre as terras orientais da freguesia de Geremoabo 1.23 Subsídios para a história do Rio de Janeiro 1.24 De D. João VI à Independência 1.25 O imperador D. Pedro II no Arquivo do Cons. José Antonio Saraiva	Tese avulsa Tese avulsa Tese avulsa Tese avulsa Tese avulsa	José Arthur Boiteux Braz do Amaral Adolfo Morales de Los Rios João M. de Moura Romeiro Max Fleiüss
2ª Seção – História das explorações geográficas 2.1 As capitanias hereditárias perante o Tratado de Tordesilhas 2.2 Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII 2.3 História das entradas – determinação das áreas que exploraram 2.4 Os bandeirantes paulistas 2.5 Os jesuítas: papel que lhes coube no devassamento do território 2.5 A depressão amazônica e seus exploradores 2.6 Estudos cartográficos da primeira fase dos descobrimentos (...) 2.7 Peregrinações de Antonio Knivet no Brasil no século XVI 2.8 Algumas palavras sobre os itinerários de Sebastião F. Tourinho e Antonio Dias Adorno 2.9 Síntese histórica das tentativas feitas para a utilização como vias navegáveis dos grandes rios do estado de Goiás 2.10 Itajubá: 1703-1832	Tese oficial Tese oficial Tese oficial Tese oficial Tese oficial Tese avulsa Tese avulsa Tese avulsa Tese avulsa Tese avulsa Tese avulsa	Clóvis Bevilaqua Basílio de Magalhães José Luís Baptista Gentil de Assis Moura Alfredo de Almeida Russel Henrique Américo de Santa Rosa Orville Derby Teodoro Sampaio Francisco Lobo Leite Pereira Jerônimo Rodrigues de M. Jardim Geraldo Campista
3ª Seção – História das explorações arqueológicas e etnográficas 3.1 Distribuição geográfica das tribos indígenas na época do descobrimento 3.2 A contribuição etnográfica dos padres da Cia de Jesus e dos cronistas leigos nos primeiros séculos 3.3 Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o processo da etnografia indígena no Brasil. 3.4 As tribos negras importadas 3.5 As tribos negras importadas	Tese oficial Tese oficial Tese oficial Tese oficial Tese avulsa	Afonso A. de Freitas Nelson de Senna Teodoro Sampaio Afonso Cláudio Braz do Amaral
4ª Seção – História administrativa e constitucional 4.1 Manifestação do sentimento constitucional no Brasil-Reino 4.2 A Constituinte de 1823 4.3 A tentativa de Golpe de Estado de 1832 4.4 O Ato Adicional. Reação Conservadora. (...) (cont.) 4.5 O Federalismo. Suas explosões. A Confederação do Equador	Tese oficial Tese oficial Tese oficial Tese oficial Tese oficial Tese oficial	Augusto O. Viveiros de Castro Rodrigo Octávio I. de Menezes Alfredo Valladão Aurelino de Araújo Leal Levi Carneiro Diogo de Vasconcellos

*Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço
da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*

Seções/Comunicações	Categoria	Autor
4.6 Linhas gerais da administração colonial	Tese oficial	João Martins de Carvalho Mourão
4.7 Municípios, sua importância política no Brasil colonial e no Brasil reino. Situação em que ficaram no Império do Brasil (...)	Tese oficial	Enéas Galvão
4.8 Juizes e tribunais do período colonial. Os tribunais criados por D. João VI (...) O poder judiciário no Império (...)	Tese oficial	Alfredo Rocha
4.9 O Contencioso Administrativo. Teve ele uma organização regular?	Tese oficial	Esmeraldino Bandeira
4.10 A justiça militar. O Conde de Lippe	Tese oficial	Astolfo Rezende
4.11 Polícia administrativa. Polícia Judiciária	Tese oficial	José Maria Moreira Guimarães
4.12 Organização da força militar	Tese oficial	Fernando de Magalhães
4.13 O ensino público	Tese oficial	Antonio F. de Souza Pitanga
4.14 Tutela dos índios. Sua catequese	Tese avulsa	Braz do Amaral
4.15 Sobre o patrimônio da Vila de São Mateus	Tese avulsa	Eduardo Marques Peixoto
4.16 Luís Vahia Monteiro, governador da Capitania do Rio de Janeiro	Tese avulsa	Nuno Pinheiro de Andrade
4.17 O Contencioso Administrativo. Teve ele uma organização regular?	Tese avulsa	José Lopes Pereira de Carvalho
4.18 D. Pedro I e a Constituição do Império	Tese avulsa	Joaquim José da Silva Sardinha
4.19 Higiene Pública	Tese avulsa	Pe. Manuel A. de Mello Mattos
4.20 Gongo-Soco e Socorro	Tese avulsa	Agenor de Roure
4.21 Formação Constitucional do Brasil		
5ª Seção – História parlamentar		
5.1 Primeiros lineamentos da organização política do Império	Tese oficial	Luciano Pereira da Silva
5.2 O poder judiciário do Brasil (1532-1871)	Tese oficial	Alfredo Pinto Vieira de Mello
5.3 Os códigos criminal, de processo e comercial (...) Reforma judiciária de 1871	Tese oficial	Virgílio de Sá Pereira
5.4 A questão do elemento servil. A extinção do tráfico e a lei de repressão de 1850. Liberdade dos nascituros	Tese oficial	João Luís Alves
5.5 A Liga. A situação progressista e suas afinidades liberais (...). Revivescência do espírito conservador	Tese oficial	José B. de Andrada e Silva
5.6 Poder pessoal do Imperador (...)	Tese oficial	Conde de Afonso Celso
5.7 Ligeiras notas sobre o Código Criminal de 1830	Tese avulsa	Helvécio Carlos da S. Gusmão
5.8 O elemento servil, os cearenses e o Ceará	Tese avulsa	João Batista Perdigão de Oliveira
6ª Seção – História econômica		
6.1 A circulação. Crise do <i>xem-xem</i> , evolução das leis monetárias. Crises de 1857 e de 1864	Tese oficial	A.B. de Ramalho Ortigão
6.2 A Dívida do Brasil, pública e privada	Tese oficial	F. T. de Souza Reis
6.3 Formação do direito orçamentário brasileiro	Tese oficial	Agenor de Roure
6.4 Evolução econômica do Brasil (...) até 1871	Tese oficial	Silvio Ferreira Rangel
6.5 Economia e finanças dos estados	Tese avulsa	João de Lyra Tavares
7ª Seção – História militar		
7.1 Expulsão dos holandeses de Pernambuco	Tese oficial	Joaquim de Salles Torres Homem

Seções/Comunicações	Categoria	Autor
7.2 A esquadra nas lutas da independência	Tese oficial	Lucas Alexandre Boiteux
7.3 O exército e o restabelecimento da ordem nas províncias do norte, durante a menoridade	Tese oficial	Carlos Augusto de Campos
7.4 A marinha na Guerra dos Farrapos	Tese oficial	Henrique Boiteux
7.5 Fase inicial da Guerra do Paraguai, Marcha dos exércitos aliados anteriormente ao comando de Caxias	Tese oficial	Liberato Bitencourt
7.6 Guerra do Paraguai	Tese oficial	Bernardino Bormann
7.7 Guerra do Paraguai. A Campanha das Cordilheiras (...)	Tese oficial	Antonio José Dias de Oliveira
7.8 Expulsão dos holandeses de Pernambuco	Tese avulsa	Sebastião de V. Galvão
7.9 A esquadra nas lutas da independência	Tese avulsa	Alfredo Baltazar da Silveira
7.10 A incursão de Frutuoso Rivera às missões brasileiras ou a Campanha de 1828	Tese avulsa	Alcides Cruz
7.11 Histórico sobre a hospitalização militar no Brasil	Tese avulsa	Pedro Cúrio de Carvalho
8ª Seção – História diplomática		
8.1 O tráfico e a diplomacia brasileira	Tese oficial	Manoel Álvaro de S. Sá Vianna
8.2 A política brasileira no Prata até a guerra contra Rosas	Tese oficial	Pinto da Rocha
8.3 Apontamentos biográficos (...) do diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão	Tese avulsa	Helvécio Carlos da Silva
9ª Seção – História literária e das artes		
9.1 Qual a influência dos jesuítas em nossas letras? Decaíram depois da saída dos discípulos de Santo Inácio de Loyola?	Tese oficial	Eugênio Vilhena de Moraes
9.2 Do teatro no Brasil	Tese oficial	Múcio da Paixão
9.3 Da crítica literária e seus cultores	Tese oficial	Maurício de Medeiros
9.4 Costumes dos povos nos nascimentos, batizados, casamentos e enterros	Tese oficial	Francisco Luís da Gama Rosa
9.5 Cancioneiro dos bandeirantes	Tese oficial	Silvio de Almeida
9.6 A arte da pintura no Brasil	Tese avulsa	Laudelino Freire
9.7 Pedro Taques de Almeida Paes Leme – estudo biográfico	Tese avulsa	Afonso D'Escragnolle Taunay